



CONTRATO DE RATEIO Nº 37/2025

CONTRATO DE RATEIO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SE E O CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL - CPAC

Pelo presente **CONTRATO DE RATEIO**, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SE**, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.104.732/0001-73, com sede na Rua Senador Lourival Batista nº 146 - Centro, na cidade de São Domingos/SE, CEP: 49.525-000, neste ato representado pelo Prefeito **JOSÉ VAGNER ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, maior, capaz, portador do RG: 1.XXX.768 SSP/SE e CPF: XXX.100.576-XX, residente e domiciliado na sede do município de São Domingos/SE, doravante denominado **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, e, de outro, **CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL - CPAC**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Autarquia, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e do Contrato de Consórcio, inscrito no CNPJ sob nº 15.314.802/0001 - 43, com sede na Avenida Barão do Rio Branco nº 146, 1º. Andar, Bairro Centro, no Município de Ribeirópolis/SE, neste ato representado por seu Presidente, **DIOGO MENEZES MACHADO**, prefeito do município de Carira/se, brasileiro, casado, portador do RG: 2.XXX.582 SSP/SE, CPF: XXX.461.315-XX, residente e domiciliado na cidade de Carira/SE, e seu Superintendente, **EVANILSON SANTANA SANTOS**, brasileiro, maior, casado, portador do RG: XX59213-X SSP/SE e CPF: 00XXX0.837.665-XX, residente e domiciliado na Rua Professora Maria José Moura nº 75, bairro centro da cidade de Cumbe/SE, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO PÚBLICO**, e têm entre si justo e contratado o que segue:

CONSIDERANDO que o presente contrato de rateio é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/21.

CONSIDERANDO que o município consorciado autoriza por Lei o rateio de despesas das atividades e manutenção das instalações da sede do consórcio.



Resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE RATEIO** mediante diretrizes definidas nas cláusulas abaixo, conforme previsto na Lei Federal nº. 11.107 de 06 de abril de 2005 e o Decreto Federal nº. 6.017 de 17 de janeiro de 2007, Protocolo de Intenções datado de 25 de março de 2011, Ata de Fundação datado de 04 de novembro de 2011, Ata do Conselho de Prefeitos também datado de 04 de novembro de 2011, Estatuto Social, e nas Leis Municipais: de Adesão do Município, Autorizativa do Rateio, Lei nº. 236/2013 e Lei nº. 237/2013

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO**, ratear o custeio de despesas de toda estrutura do **CONSÓRCIO PÚBLICO** entre os entes **MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES DO RATEIO

2.1. O **MUNICÍPIO CONSORCIADO** repassará para o **CONSÓRCIO PÚBLICO**, o valor estimado deste instrumento de rateio, que corresponde o percentual de 0,30% (zero trinta por cento) do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e 0,30% do ICMS (Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços), com estimativa de valor mensal de **R\$ 7.220,24 (sete mil duzentos e vinte reais e vinte e quatro centavos)** e valor global de **R\$ 86.642,86 (oitenta e seis mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)**.

2.2. Essa operação financeira será formulada através de resgate automático conforme a disponibilização mensal dos recursos com essas rubricas fornecidos pelo Governo Federal e Estadual, executado pela instituição financeira e sendo creditado nas contas especificadas contas correntes do consórcio, no **BANESE, Agência 037, Conta Corrente nº 22/300.123-5, ou no BANCO DO BRASIL, Agência 1124-X, Conta Corrente nº 18.481-0.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente **CONTRATO DE RATEIO** correrão por conta de rubricas orçamentárias para o exercício financeiro de 2025, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA ou como crédito adicional especial na legislação Orçamentária pertinente, dotação suficiente para suportar as despesas assumidas.

02000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

02009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA



ACÇÃO: 2059 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

ELEMENTO: 33717000 – Rateio pela participação Em Consórcio Público

FR 15000000

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO DOS RECURSO

4.1. A gestão dos recursos financeiros estabelecidos neste contrato, bem como as respectivas prestações de Contas, que inclui a elaboração e apresentação dos Balanços Contábeis e Financeiros é de responsabilidade da Secretaria Executiva, acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Fiscal do **CONSÓRCIO PÚBLICO**.

4.2. O **CONSÓRCIO PÚBLICO** deverá fornecer todas as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por ocasião do presente contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO

5.1. Entrega recursos ao **CONSÓRCIO PÚBLICO** somente mediante os termos estabelecidos no presente **CONTRATO DE RATEIO**.

5.2. Receber do **CONSÓRCIO PÚBLICO** a prestação de contas respectivas

5.3. Prever os respectivos recursos orçamentários, informando a Dotação Orçamentária que suportará as obrigações.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO

6.1. Aplicar os recursos oriundos do presente **CONTRATO DE RATEIO** na manutenção de despesas da estrutura do consórcio, observadas as normas da contabilidade pública;

6.2. Prestar contas ao **MUNICÍPIO CONSORCIADO** fornecendo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.3. Aplicar os recursos repassados pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO** exclusivamente nas ações previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA aprovado em Assembleia Geral Ordinária para exercício financeiro;

6.4. Exigir, do **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, o pagamento regular, sob pena de suspensão



dos serviços e informar, mensalmente, as despesas realizadas em face dos recursos entregues pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO** com base no presente **CONTRATO DE RATEIO**, para que sejam consolidadas às contas da mesma;

6.5. Promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;

6.6. Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO**;

6.7. Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;

6.8. Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. No caso de inadimplência do **MUNICÍPIO CONSORCIADO** será notificado para que regularize sua situação perante o Consórcio no prazo de 15 dias úteis.

7.2. Uma vez notificado da inadimplência, e não regularizada a situação no prazo de 120 dias, suspender-se-ão os serviços do consórcio até que o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** regularize sua dívida.

7.3. A suspensão prevista no item anterior não exime o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** do pagamento dos débitos referentes ao período que permaneceu inadimplente.

7.4. A parte que der causa à rescisão antecipada deste instrumento, salvo no caso de extinção do **CONSÓRCIO PÚBLICO CPAC**, será obrigado ao pagamento de multa, juros e correções que incidirem sobre o atraso.

7.5. Fica autorizada a vinculação de receita própria ou transferida de impostos para atender às necessidades do **CONSÓRCIO PÚBLICO**, admitida à retenção das referidas receitas para satisfazer o previsto na presente cláusula.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato de rateio terá vigência a partir da sua assinatura e publicação.



9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. Considerar-se-á rescindido o presente contrato por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, em caso de extinção do CONSÓRCIO PÚBLICO CPAC ou da exclusão do MUNICÍPIO CONSORCIADO de que trata este instrumento, mediante Lei municipal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Fica eleito o foro de Ribeirópolis para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste CONTRATO DE RATEIO.

10.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/2005, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

10.3. Este Contrato poderá ser alterado nos limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21, mediante Termo Aditivo, desde que o aditamento não importe em modificação do seu objeto, bem como denunciado, independentemente de prévia notificação, no caso de inadimplência ao disposto em qualquer de suas cláusulas ou por conveniência das partes, mediante notificação com antecedência de 30 (trinta) dias.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (DUAS) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Domingos, 10 de fevereiro de 2025.

JOSÉ VAGNER ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DIOGO MENEZES MACHADO

Presidente do Consórcio Público do Agreste Cen

EVANILSON SANTANA SANTOS

Superintendente do Consórcio Público do Agreste Central

Testemunhas:

Rodrigo Mesquita Siguelira

CPF: XXX.100.795-XX

Milerson Santos Santana

CPF: XXX.202.945-XX

Documento assinado digitalmente

EVANILSON SANTANA SANTOS
Data: 10/02/2025 11:41:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

DIOGO MENEZES MACHADO
Data: 10/02/2025 08:54:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>